



RAM. Revista de Administração Mackenzie
ISSN: 1518-6776
revista.adm@mackenzie.com.br
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Brasil

GATTAI, SILVIA; BERNARDES, MARCO AURÉLIO
Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de
economia solidária
RAM. Revista de Administração Mackenzie, vol. 14, núm. 6, noviembre-diciembre, 2013, pp. 50-81
Universidade Presbiteriana Mackenzie
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=195429392004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



PAPEL E RESPONSABILIDADES DA UNIVERSIDADE NO PROCESSO SOCIOEDUCATIVO PRESENTE EM MOVIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

SILVIA GATTAI

*Doutoranda em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
da Universidade de São Paulo (FEA-USP).
Avenida Professor Luciano Gualberto, 908, Butantã, São Paulo – SP – Brasil – CEP 05508-010.
E-mail: silviagattai@ig.com.br*

MARCO AURÉLIO BERNARDES

*Mestre em Administração pela Faculdade de Administração e Economia
da Universidade Metodista de São Paulo (Umeshp).
Professor da Faculdade de Gestão e Serviços da Universidade Metodista de São Paulo.
Rua Alfeu Tavares, 149, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo – SP – Brasil – CEP 09641-000.
E-mail: marco.bernardes@metodista.br*

RESUMO

O tema deste artigo é a análise do processo socioeducativo presente que ocorre como resultado da participação de pessoas e grupos em movimentos de economia solidária e da contribuição da universidade nesse processo, por meio de projetos de extensão universitária. Destarte, apresenta como objeto de estudo um projeto de extensão universitária em setor de baixa renda, na região do Grande ABC Paulista. Três indagações auxiliaram nessa análise, são elas: 1. Os movimentos de economia solidária possibilitam o desenvolvimento da consciência de cidadania daqueles que neles participam?; 2. Quais são as características do processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária?; 3. A ação da universidade acelera o processo socioeducativo dos indivíduos e grupos que participam no movimento de economia solidária? Dessa forma, um dos objetivos do artigo foi a compreensão das características dos movimentos de economia solidária, especificamente no que diz respeito aos processos socioeducativos presentes em tais movimentos. Buscou, também, caracterizar a participação da universidade, enxergando-a como um possível sujeito presente nesses processos. Ao desenvolver tal análise, o artigo pretendeu chegar a uma compreensão sobre a contribuição da universidade ao processo socioeducativo inerente à participação no movimento. A análise baseou-se nos conceitos de economia solidária, processo de aprendizagem individual e grupal e educação emancipadora. Foi utilizado o método qualitativo de pesquisa denominado pesquisa-ação. Esse método possibilita a participação do pesquisador tanto na tomada de decisão sobre a realidade como a posterior reflexão sobre o processo ocorrido e consequente produção de conhecimento científico sobre o processo. Os resultados apontaram que os empreendedores que participaram no projeto de extensão adquiriram conhecimentos e conceitos necessários para a gestão de seus empreendimentos e puderam perceber-se como sujeitos ativos no processo de fortalecimento da economia solidária. A partir dessa reflexão concluíram também sobre a possibilidade de mobilização e participação em espaços públicos com suas dificuldades e benefícios.

PALAVRAS-CHAVE

Economia solidária; Aprendizagem individual; Processo socioeducativo; Pesquisa-ação; Extensão universitária.

1 INTRODUÇÃO

O tema central desse trabalho é a análise do processo socioeducativo presente nos movimentos de economia solidária e da contribuição da universidade nesse processo, por meio de projetos de extensão universitária.

Nesse sentido, apresenta como objeto de estudo um projeto de extensão universitária coordenado por uma universidade paulista, em setor de baixa renda, na região do Grande ABC Paulista. Os autores do presente artigo participaram como pesquisadores nesse projeto e desenvolveram, a partir dessa vivência, uma análise qualitativa do processo por meio de método qualitativo de pesquisa denominado pesquisa-ação. Esse método tanto permite o tratamento objetivo dos dados da ação quanto acolhe a parte ativa das tomadas de decisão. A contribuição deste trabalho reside em partilhar a elaboração de uma metodologia socioeducativa que possa ser utilizada por agentes políticos e pedagógicos na formação e preparação de grupos de economia solidária.

Três indagações auxiliam na análise do tema e na compreensão do processo que é o objeto de investigação do trabalho. Se e como os movimentos de economia solidária possibilitam o desenvolvimento da consciência de cidadania daqueles que neles participam esta é a primeira questão que se pretendeu responder. Outra questão importante refere-se às características do processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária. Entende-se economia solidária como um processo grupal que possibilita a sobrevivência de um determinado grupo de pessoas, de forma cooperativa, inovadora e buscando diminuir a desigualdade e injustiça sociais por meio de uma orientação de mercado, uma vez que seus produtos e serviços, em grande parte, são comercializados em mercados tradicionais. Finalmente, a terceira pergunta buscou resposta sobre quais características da ação da universidade podem acelerar o processo socioeducativo dos indivíduos e dos grupos que participam no movimento de economia solidária.

Dessa forma, um dos objetivos específicos do artigo foi compreender as características dos movimentos de economia solidária, especificamente no que diz respeito aos processos socioeducativos neles presentes. Para atingir esse objetivo, a pesquisa procurou compreender se houve um processo de aprendizagem nos

grupos pesquisados e se ocorreram transformações cognitivas e culturais com os indivíduos que neles participaram.

Outro objetivo do trabalho foi a caracterização da participação da universidade, enxergando-a como um possível sujeito, presente em movimentos de economia solidária. Ao desenvolver tal análise, o trabalho pretendeu chegar à compreensão sobre a contribuição da universidade ao processo socioeducativo. Nesse sentido, investigou se ocorreu o desenvolvimento do capital social desse grupo, que é necessário para a transformação social. E pesquisou se o grupo estudado mudou de uma situação de exclusão econômica e social para outra na qual foi incluído econômica e socialmente. Entende-se capital social como o nível de desenvolvimento cultural e de capacidade de organização e mobilização dos grupos que compõem uma determinada sociedade¹.

Tomando como base as perguntas que o estudo pretendeu responder e os objetivos propostos, duas dimensões de análise foram consideradas para efeito do estudo. A primeira dimensão referiu-se às características e objetivos de movimentos de economia solidária, focando, principalmente, no processo socioeducativo inerente a esses movimentos e na análise do quanto ele possibilitou o desenvolvimento do capital social desse grupo. Como segunda dimensão, foi realizada uma análise da atuação da universidade enquanto sujeito ativo em um determinado grupo de economia solidária.

No artigo é apresentado um resumo do projeto de extensão “Redes de gestão e serviços para uma comunidade solidária”, coordenado pela Universidade Metodista de São Paulo, entre os anos de 2009 e 2011. O desenvolvimento desse projeto possibilitou à Universidade a intervenção em um movimento de economia solidária e a geração de conhecimentos científicos.

Após a Introdução, a segunda seção do artigo – “Apontamentos sobre a pobreza e a economia solidária” – procura contextualizar os processos de economia solidária, mostrando, de forma não exaustiva, características da pobreza no Brasil e analisando as iniciativas de empreendedorismo solidário como resposta às necessidades de sobrevivência, principalmente, de grupos com menor poder aquisitivo na sociedade brasileira. Utiliza dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012) para tal caracterização. Após essa contextualização,

¹ Segundo Fischer (2002, p. 10): “[...] constituído pelo acervo cultural e institucional que cada comunidade produz, conserva, transmite e transforma ao longo do tempo. Os valores e pressupostos básicos que sustentam a visão-de-mundo e o modo de ser de cada grupo social são alguns exemplos desses elementos intangíveis que conformam o capital social. Destaque-se, porém, entre tais elementos, aqueles que exercem papéis determinantes nos processos de desenvolvimento: a capacidade de mobilização e organização social; os modelos sociais que estimulam o pluralismo organizacional; a geração permanente de redes que assegurem a participação a diversos atores sociais; a articulação entre instituições, propiciando convergir esforços para realizar metas coletivas”.

apresenta conceitos atuais de economia solidária (LAVILLE et al., 1994; LECHAT, 2002; FRANÇA FILHO, 2002; GAIGER, 2007).

A terceira seção, denominada “Os processos de educação e aprendizagem presentes nos grupos de economia solidária”, apresenta os conceitos de educação e aprendizagem como processos libertadores que promovem o desenvolvimento da sociabilidade e possibilitam uma melhoria na imagem que os grupos e indivíduos possuem de si mesmos. Finalmente, esses processos fortalecem o senso crítico tanto dos indivíduos como dos grupos. Nesse sentido, apresenta os conceitos de educação libertadora de Freire (2005) e de aprendizagem de Vygotsky (1998).

Na quarta seção, intitulada “Método”, a pesquisa-ação é caracterizada como método qualitativo de pesquisa, utilizando-se conceitos de Thiollent (1988) e de Vergara (2005). Ainda nesta seção, o objeto de pesquisa é contextualizado. Para tanto, são descritos, sucintamente, a crise produtiva que ocorreu a partir da década de 1980 e seu impacto sobre a região do Grande ABC Paulista e o bairro do Montanhão, em São Bernardo do Campo, no qual se localiza a Rede de Economia Solidária acompanhada e assessorada pelo projeto de extensão universitária. A Rede também será apresentada nesta seção.

A apresentação do projeto de extensão é feita na quinta seção. Na sexta e última – “Considerações finais” – são retomadas as perguntas e analisados os resultados. Também é disponibilizada uma proposta de metodologia de ação da universidade em movimentos de economia solidária.

A importância do artigo, além da proposta de uma metodologia socioeducativa, reside também na sua contribuição à reflexão sobre o papel da universidade em movimentos de economia solidária, especificamente sobre o grau de eficácia de sua ação para acelerar o processo socioeducativo que ocorre nesses movimentos e, consequentemente, a transformação e desenvolvimento de uma dada realidade social. Essas conclusões sobre o papel e responsabilidades da universidade poderão respaldar as parcerias em outros projetos de extensão da mesma natureza em outras cidades e regiões no Brasil.

2 APONTAMENTOS SOBRE POBREZA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1 SOBRE A POBREZA

Para analisar de forma consistente os processos de economia solidária, é importante refletir sobre a desigualdade social e analisar dados que desvalem

aspectos das características da pobreza no Brasil. Essa desigualdade tem sido um dos produtos da economia capitalista durante todo o século XX, na maior parte dos países ocidentais, principalmente aqueles que não fazem parte do centro do capitalismo (POCHMANN, 2005).

O processo de globalização acirrou a situação de desigualdade social. A globalização se caracteriza pela desregulamentação da economia, abertura econômica dos países ao capital externo, submissão dos governos locais ao capital internacional (POCHMANN, 2005). A economia globalizada gerou, ao longo das últimas décadas do século XX, várias crises econômicas mundiais. Uma dessas crises, a da década de 1990, teve como consequência a desestruturação produtiva e com ela o desemprego e altos níveis de desigualdade e exclusão sociais.

No Brasil, embora as políticas governamentais tenham contribuído, nas duas últimas décadas, para a diminuição da pobreza, ainda há um número significativo de pessoas vivendo na extrema pobreza. Em agosto de 2012, cerca de 10 milhões de brasileiros viviam em situação miserável, com uma renda mensal em torno de 70 reais (IBGE, 2012). Nas cidades, morando, principalmente, nas periferias ou nas ruas, convivendo diariamente com a superpopulação, a violência, com serviços básicos e infraestrutura insuficientes.

A economia informal brasileira corresponde a 45% da força de trabalho (IBGE, 2012). Trabalhadores ativos, nesse tipo de economia, tornam-se mais vulneráveis a exploração e a condições de trabalho ruins, na medida em que não estão amparados pelas leis e instituições.

Enfim, a pobreza no Brasil gera a exclusão social. É possível afirmar que a exclusão é um processo no qual indivíduos e grupos não têm acesso às oportunidades. Várias barreiras e restrições impedem cidadãos de baixa renda de tornarem-se sujeitos completamente autônomos: o desemprego crônico; acesso insuficiente aos serviços básicos como saúde e educação; discriminação racial e de gênero (MARQUEZ; REFICCO; BERGER, 2009). Ou seja, não se busca aqui caracterizar a pobreza apenas com base no baixo poder aquisitivo, mas também no quanto esses grupos têm seus direitos fundamentais respeitados ou desrespeitados. A pobreza é complexa e multidimensional, com facetas de desigualdade, informalidade e exclusão (SEN, 2000).

É importante frisar que, no Brasil, a economia solidária ocorre no contexto da pobreza, como alternativa para a sobrevivência de centenas de milhares de pessoas. Segundo dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2007), existiam em torno de 7 mil empreendimentos solidários em regiões urbanas e, por volta de 15 mil nas regiões rurais brasileiras, cadastrados nessa Secretaria até 2007.

De acordo com o Senaes (2007), nas regiões urbanas brasileiras, a economia solidária (ES) ocorre principalmente nas periferias das grandes cidades, tanto é assim que, dos empreendimentos cadastrados no Senaes, segundo pesquisa

realizada por esse órgão, a maior porcentagem dos grupos de ES surgiu como forma de superar as consequências do desemprego e como complemento à renda domiciliar insuficiente para manutenção das despesas das pessoas que vivem nos domicílios numa dada região urbana.

2.2 SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A maior parte dos autores que estudam os fenômenos do cooperativismo, do associativismo e de iniciativas populares utiliza a expressão terceiro setor, como é possível verificar em International Society for Third Sector Research, fundada em 1992. Nos Estados Unidos o termo utilizado é *non-profit sector* ou *independent sector*; na Inglaterra, utiliza-se a expressão *voluntary organizations*. A denominação economia solidária é utilizada na América Latina, onde também se utiliza a expressão *organizaciones de economía popular* (LECHAT, 2002).

Segundo França Filho (2002), a noção de economia solidária implica na indagação sobre a relação entre economia e sociedade. A economia solidária traz a perspectiva de outra forma de regulação da sociedade, não baseada na atuação do Estado ou do mercado. Essa regulação se orienta como uma “questão de escolha de um projeto político de sociedade, na medida em que articula diferentes racionalidades e lógicas na sua ação, com suas múltiplas fontes de captação de recursos” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13).

Ainda de acordo com esse autor, a economia solidária combina a economia mercantil, não mercantil e não monetária, um fenômeno denominado hibridação da economia. Esses empreendimentos comercializam produtos e serviços (economia mercantil), recebem subsídios públicos na medida em que são reconhecidos como úteis do ponto de vista social (recurso não mercantil) e muitos atuam nesse universo como uma ação voluntária (economia não monetária).

Outra característica da economia solidária, segundo esse autor, é a oferta de produtos e serviços que satisfazem demandas reais da população local.

Portanto, o motor da geração de atividades econômicas ou da criação de oferta não é a logica de rentabilidade do capital investido na ação, mas o desejo de atendimento das reais necessidade/demandas expressas pelos grupos locais (FRANÇA FILHO, 2002, p. 14).

A análise que o autor realiza sobre a economia solidária parte das premissas de Polanyi (1980) que afirma ser a economia uma das atividades de uma

determinada sociedade, não sendo ela determinante das formas de relação entre diferentes grupos dessa sociedade, mas influenciada por eles.

Na América Latina, a economia popular é um modo de organização coletivo-democrático, cuja solidariedade é a base que sustenta as atividades econômicas. Ela encontra na sociedade local ou comunitária, nas “práticas de reciprocidade”, o ambiente propício para criar os empreendimentos populares e solidários.

Para Laville et al. (1994), a economia solidária caracteriza-se como um conjunto de atividades econômicas com uma lógica diferenciada da lógica de mercado e da lógica de Estado. Ela organiza-se com base em fatores humanos, estimulando as relações entre pessoas, por meio da reciprocidade e possui formas comunitárias de propriedade. Nesse sentido difere da organização capitalista que se baseia na competição entre empresas, visando a acumulação de capital e os interesses individuais. Ela difere da economia estatal na medida em que não prevê uma autoridade central e formas de propriedade institucional (LAVILLE et al., 1994, p. 211). Para os autores, o conceito de economia solidária enfatiza a diminuição da distância entre o econômico, o social e o político. Esses autores entendem que a articulação desses três fatores constitui o essencial da economia social ou solidária.

Segundo Lechat (2002) a ideia de economia social inclui, além das associações sem fins lucrativos, as cooperativas que expressam, a partir de meados do século XIX, “a procura de uma terceira via entre o capitalismo e o centralismo de Estado” (LECHAT, 2002, p. 8). Também inclui as mutualidades que assumem um papel importante no sistema de saúde e da previdência social.

Gaiger (2007) utiliza o conceito marxista de modo de produção para caracterizar os empreendimentos da economia solidária, denominados empreendimentos solidários. Segundo esse autor, esses empreendimentos possuem três características marcantes, são elas: a propriedade coletiva dos meios de produção, ou seja, nesse tipo de empreendimento não há divisão entre proprietários dos meios de produção e empregados que vendem sua força de trabalho. A autogestão, isto é, não há uma divisão entre quem pensa e quem opera, quem comanda e quem obedece ordens, como na empresa tradicional. Todos os membros do empreendimento participam dos processos decisórios por meio das assembleias. Finalmente, não há lucro para nenhum participante do empreendimento que seja proprietário do capital e que, dessa forma, pode receber o excedente de produção como remuneração do capital que investiu no empreendimento. Todos os membros do empreendimento têm acesso a esse excedente, processo que é decidido em assembleia.

É importante ressaltar ao final desses apontamentos que, a economia solidária é um campo de estudo em construção. Talvez por esse motivo, haja uma tipologia

vasta de empreendimentos que são considerados solidários. É possível encontrar sob essa denominação estudos tanto de empresas falidas e assumidas por grupos de profissionais que foram empregados dessas empresas como de associações de catadores de resíduos sólidos que se unem para trabalharem juntos.

Entretanto, seja qual for o tipo de empreendimento surgido da necessidade de pessoas se agruparem buscando a garantia de sua sobrevivência, sem terem capital financeiro e sem buscarem integrar-se a uma empresa tradicional, como empregadas dessa empresa, essas pessoas passam por um processo de aprendizagem.

O fato de decidirem realizar um trabalho juntas, buscando um objetivo comum, tendo que tomar decisões sobre como administrar o trabalho que resolveram realizar em conjunto promove nessas pessoas mudanças, sejam elas comportamentais, cognitivas, sociais ou culturais. É esse processo que o próximo capítulo analisará.

3 PROCESSOS DE EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM PRESENTES NOS GRUPOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Quais são os pressupostos de um processo de educação facilitador da mudança na autoimagem de cada indivíduo e da percepção das possibilidades de mudança da realidade?

Ao se analisar o processo socioeducativo presente na participação da população em grupos de economia solidária, buscam-se pressupostos pedagógicos que falem sobre uma educação problematizadora. Esse processo de educação possibilita a transformação da realidade e do educador e é capaz de auxiliar o educando a problematizar a realidade e a destruir os mitos. Utiliza-se uma abordagem do processo de educação que visa à transformação da realidade, trazendo a ideia de temas geradores que são fundamentais na vida dos indivíduos que vivenciam tal realidade (FREIRE, 2005)².

Os temas geradores são aqueles, que, segundo Freire (2005), estimulam a reflexão crítica sobre a realidade, a partir da análise de dimensões importantes que a compõem. Importância essa que é percebida pelos participantes de um determinado grupo. No caso do movimento de economia solidária, podem ser temas geradores: a falta de dinheiro, as dificuldades para conseguir empregar-se

² “Os temas geradores podem ser localizados em círculos concêntricos, que partem do mais geral ao mais particular”. (...) “Temos de caráter universal, contidos na unidade epocal mais ampla, que abarca toda uma gama de unidades e subunidades, continentais, regionais, nacionais etc., diversificadas entre si” (FREIRE, 2005, p. 109).

nas empresas, a fome e a impossibilidade de comprar alimentos e outros temas importantes na vida das pessoas dos setores de baixa renda.

Nesse ponto, torna-se uma redundância necessária, enfatizar que a Universidade assume o papel de educador no grupo de economia solidária e que sua postura é a da educação problematizadora.

Os conceitos relacionados à educação problematizadora têm como ponto de partida o caráter histórico do ser humano. Os seres humanos se sabem inacabados, inconclusos, e nesta característica se encontram as raízes da educação como atividade humana. A educação que reforça a mudança é revolucionária, é um “que fazer” permanente³.

Um recurso necessário nesse processo de educação é o diálogo entre pessoas, educador e educandos. A principal característica do diálogo é a palavra, e seus elementos são a ação e a reflexão. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Ao se dizer a palavra verdadeira, transforma-se a realidade. A ação pela ação, sem palavra, é ativismo e impossibilita o diálogo. “Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo” (FREIRE, 2005, p. 72).

Nesse sentido, o papel da universidade deve ser prático e reflexivo. Ela participa em situações do cotidiano do grupo, auxiliando no seu desenvolvimento e depois dialoga com as pessoas sobre as características dessas situações vividas, problematizando-as e estimulando as pessoas a pensarem em como solucionar os problemas de forma inovadora e em grupo, cooperativamente.

O diálogo é o encontro dos homens para pronunciar o mundo. Não é possível o diálogo entre os que querem prescrever o mundo para o outro e os que querem pronunciar o mundo. Diálogo é uma exigência existencial que possibilita o pronunciamento sobre o mundo e a sua transformação. Não é uma troca de ideias, nem discussão polêmica, é encontro de homens e mulheres que pronunciam o mundo. É um ato de criação que leva à conquista do mundo (FREIRE, 2005)⁴.

A participação nesse diálogo transformador deflagra um processo nos indivíduos de melhoria crescente em sua autoestima e um sentimento de pertencimento ao grupo que empodera seus participantes (BOURDIEU, 2004), possibilitando a potencialização da ação de cada um (SAWAIA, 2001). Esse

³ “Porque, ao contrário do animal, os homens podem tridimensionar o tempo (passado-presente-futuro) que, contudo, não são departamentos estanques, sua história, em função de suas mesmas criações, vai se desenvolvendo em permanente devenir, em que se concretizam suas unidades epocais. Estas, como o ontem, o hoje e o amanhã, não são como se fossem pedaços estanques de tempo que ficassem petrificados e nos quais os homens estivessem enclausurados. Se assim fosse, desapareceria uma condição fundamental da história: sua continuidade” (FREIRE, 2005, p. 107).

⁴ “A existência porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo pronunciar” (FREIRE, 2005, p. 90).

movimento, ao longo do tempo, fortalece cada indivíduo e o grupo envolvidos no diálogo, possibilitando a transformação de sua realidade (SANTOS, 1998)⁵.

A participação individual nessas situações dialógicas transforma intuições e sentimentos desorganizados em uma linguagem falada, que se constrói, à medida que é expressa pela pessoa nas rodas de conversa. O principal instrumento do ser humano para transformar a realidade é a palavra. O ser humano é diferente dos outros animais porque utiliza a palavra como instrumento e, como consequência, surgem comportamentos caracteristicamente humanos (FREIRE, 2005; VYGOTSKY, 1998).

O processo de desenvolvimento do ser humano é complexo, dialético e de origem sociocultural e os signos fazem uma mediação no comportamento, na comunicação e na memorização dos humanos. O desenvolvimento se transforma de biológico em sócio-histórico e nesse último processo é influenciado pela sociedade com suas características.

Os conceitos podem ser aprendidos a partir do cotidiano do indivíduo, ou seja, ele age, observa, decide etc. e forma sínteses mentais (conceitos) que depois utiliza para estruturar seu pensamento e analisar a realidade.

Outra forma de aprender conceitos é por meio de processos de educação escolar, nesse processo o indivíduo aprende relacionando, combinando conceitos. No primeiro processo, o conceito surge a partir de situações concretas do cotidiano do indivíduo e, no segundo, da mediação entre conceitos (VYGOTSKY, 1998).

Com base nos pontos de partida conceituais de Vygotsky (1998) e Freire (2005) pode-se concluir que a fala é um instrumento fundamental para o domínio da linguagem e essa, por sua vez, influí decisivamente no desenvolvimento do pensamento verbal.

É possível afirmar que a mente humana é o ponto fundamental da aprendizagem individual e a coletividade é o espaço de aprendizagem individual.

Um processo de aprendizagem e de educação libertadores que possibilite aos indivíduos, modificarem sua percepção de si mesmos e da realidade, empoderando-os para que exerçam seus direitos, crie, ao longo do tempo, uma cultura de participação com valores de confiança em si mesmo e no outro, cooperação, vontade de agir coletivamente para transformar a realidade (PUTNAM, 2000; KLIKSBERG, 2002)⁶.

⁵ “A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio. Um resultado obtido através do próprio processo de viver, incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento” (SANTOS, 1998).

⁶ “La cultura es, asimismo, un factor decisivo de cohesión social. En Ella, las personas pueden reconocerse mutuamente, cultivarse, crecer en conjunto y desarrollar la autoestima colectiva. [...] Preservar los valores culturales tiene gran importancia para el desarrollo, por cuanto sirven como una fuerza cohesiva en una época en que muchas otras se están debilitando” (KLIKSBERG, 2002, p. 15).

O projeto de extensão universitária Redes de Gestão e Serviços para uma comunidade solidária, apresentado a seguir, toma como ponto de partida para sua atuação os conceitos de educação problematizadora de Freire (2005), buscando principalmente desenvolver a autoestima, o sentimento de pertencimento e o empoderamento dos grupos e de seus respectivos participantes.

A reflexão sobre o papel da universidade em movimentos de economia solidária, notadamente, relacionado à sua contribuição ao processo socioeducativo dos indivíduos e grupos neles envolvidos, necessita da análise das características desse processo educativo. Tal reflexão deve considerar, como ponto de partida, que o processo socioeducativo seja capaz de trazer à consciência dos indivíduos os valores culturais dominantes. Os indivíduos devem ser estimulados a entender tais valores como frutos de uma história nacional e a questioná-los. O processo estimula as pessoas a se posicionarem com uma postura mais crítica e que se sobreponha à realidade histórica, criando novas realidades.

Nos grupos de economia solidária, a prática da solidariedade pode ser suportada pelas práticas pedagógicas de um agente externo, neste caso a universidade. Tais práticas podem dar sustentabilidade na gestão e fortalecer o empreendimento, contribuindo assim para a redução dos níveis de exclusão social.

Uma indagação importante a se fazer aqui diz respeito à participação do indivíduo em atividades de economia solidária e o quanto ela possibilita a descoberta de que é possível sobreviver sem ter que trabalhar numa empresa como empregado. Outra indagação que se faz necessária refere-se ao quanto essa participação empodera o indivíduo e, ao mesmo tempo, permite a ele perceber que existe outra possibilidade para sobreviver, aproximando-se de outros indivíduos e trabalhando com eles. Esse é um processo de descoberta e aprendizagem de novos comportamentos e novas possibilidades de vida.

O “empoderamento” costumeiramente não emerge de forma espontânea entre comunidades pobres ou, quando ocorre, geralmente tem alcance limitado. A formação, fomento e apoio às comunidades de baixa renda pelo agente externo, no presente caso, a universidade, contribuem para esse fortalecimento do grupo de economia solidária.

É importante o entendimento sobre a situação em que se encontram esses grupos quando se inicia o processo de apoio de um agente externo. Nesse momento inicial, os grupos não têm acesso aos direitos sociais, como moradia digna, transporte, saúde e educação de bom nível e nem voz política. Eles não têm poder para influenciar outros grupos sociais ou o poder público para exigir que seus direitos fundamentais sejam respeitados e, consequentemente, suas necessidades satisfeitas. Os grupos de economia solidária se fortalecem ao longo do tempo. Nesse sentido, a medida que o processo de formação e fomento aos

negócios solidários ocorrem, os grupos adquirem poder e autonomia do ponto de vista econômico, cultural, social e político.

Assim, a universidade pode desempenhar um papel importante na mobilização e no empoderamento desses grupos visando à criação de projetos de desenvolvimento, tanto na sua capacitação técnica e organizacional, como no apoio à captação de recursos financeiros. A universidade é um agente externo que contribui para o processo de empoderamento em todos os aspectos comentados (CUNHA, 2002).

Em resumo, a questão-chave aqui é: a participação em movimentos de economia solidária possibilita a visualização de alternativas de vida e um sentimento de empoderamento diante da realidade, que permite ao indivíduo mudar os rumos de sua vida?

No movimento solidário, de ajuda mútua e cooperação, há um processo pedagógico individual. Esse processo possibilita a cada pessoa perceber a sua força pessoal e também que em conjunto com as outras pessoas essa força é potencializada. Segundo Bourdieu (2005) é o sentimento de pertencimento. Essa participação provoca rupturas com a lógica capitalista que valoriza o esquema capital-trabalho, gerando a compreensão de que existe a possibilidade de sobrevivência digna sem que seja preciso trabalhar numa empresa, em uma relação formalizada.

4 MÉTODO

4.1 A METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO

As ações da universidade podem ser analisadas à luz dos pontos de partida do método qualitativo de pesquisa denominado pesquisa-ação. São ações que, num primeiro momento, objetivam uma atuação nesse processo de educação e, no momento seguinte, há uma reflexão sobre as ações deflagradas e a construção de conhecimento científico a respeito

A pesquisa-ação consiste na resolução de problemas por meio de ações definidas pelos pesquisadores e sujeitos, portanto realizar uma pesquisa dessa natureza requer um método tratado como sinônimo da pesquisa participante.

O recurso desse método permite ao pesquisador tanto a participação na tomada de decisão como a análise da realidade e parte do pressuposto da elaboração e o desenvolvimento do conhecimento teórico ao mesmo tempo que intenciona resolver problemas práticos (THIOLLENT, 1988).

Uma característica específica da pesquisa-ação é que objetiva a intervenção numa dada realidade de forma planejada por parte dos sujeitos (VERGARA, 2005). Os sujeitos da pesquisa-ação são mobilizados para atuar no processo da investigação e identificação das características de realidade pesquisada, como também implementar e avaliar as ações numa relação de ação e reflexão.

Em resumo, a pesquisa-ação provoca nos sujeitos a vontade de implementar e avaliar intervenções e mudanças na sua realidade, considerando o processo pedagógico dos sujeitos como desencadeador de sua ação. Essa metodologia consiste, essencialmente, em acoplar pesquisa e ação em processo no qual os atores implicados participam, com os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos, ao identificar problemas coletivos, buscar e experimentar soluções em situação real.

A pesquisa-ação não é neutra, mas seus objetivos, metas, conteúdos e ações propostas são objeto de uma negociação. Isto significa que a pesquisa-ação não está posta a serviço do poder vigente e que nem sempre é possível direcionar a pesquisa em função de objetivos ideais de maior radicalidade em termos de mudança ou ruptura social. É necessário um relativo entendimento entre os atores da situação para que a pesquisa possa acontecer.

Nesta concepção da pesquisa, o ideal de cientificidade e objetividade é visto como busca de imparcialidade para retratar as visões de todos os atores da situação. Há também um esforço de busca de consenso entre pesquisadores para evitar os excessos de subjetividade. Os princípios de explicação são assumidos no processo de deliberação para que os pesquisadores e os demais participantes cheguem a aceitar como resultados as informações que se revelam mais adequadas tanto do ponto de vista teórico como prático (THIOLLENT, 1988).

O grande desafio da pesquisa-ação consiste em desenvolver a instrumentalidade sem excluir o espírito crítico.

A metodologia de pesquisa-ação requer clara definição de objetivos a respeito de pesquisa e de ação. As formas de participação dos membros das situações investigadas, a implicação dos pesquisadores, os tipos de compromissos com a mudança constituem questões-chave que precisarão de respostas concretas.

Existem limitações nos objetivos da pesquisa-ação. Não se pretende resolver conflitos sociais fundamentais que não têm soluções dentro do espaço ou do tempo de uma pesquisa localizada, seja ela pesquisa convencional, seja pesquisa-ação.

O tema central da metodologia de pesquisa-ação, a articulação da pesquisa e da ação é concebido de modo diferenciado e em função de uma tipologia das formas de participação. Vista como pesquisa inserida na ação, a pesquisa-ação comporta três aspectos simultâneos: explicação, aplicação e implicação. A simultaneidade desses três aspectos impede que pesquisa-ação seja confundida

com a simples observação participante que se limita a uma pesquisa correspondente à explicação.

O termo “explicação” geralmente é associado a uma visão calculista e também pode ser conceituado pela compreensão associada às metodologias qualitativas ou interpretativistas. A “aplicação” da explicação remete à ideia de transportar os conhecimentos gerais em um contexto concreto ou na situação dos atores. A “implicação” possui duas características principais: a efetividade ou reciprocidade do relacionamento entre pesquisadores e atores e a clareza dos posicionamentos de cada parte no plano ético.

As fases da pesquisa ação podem ser assim denominadas: fase exploratória, fase de pesquisa aprofundada, fase de ação e fase de avaliação. No decorrer dessas fases os participantes e pesquisadores aprendem conjuntamente a identificar e resolver problemas dentro da situação. O comprometimento dos participantes com as decisões consiste em assumir com maior firmeza possível as condições e consequências de uma decisão corretamente encaminhada após deliberação.

O desenvolvimento de um projeto científico utilizando a metodologia da pesquisa-ação consiste na identificação dos seus atores, análise de valores da organização e do indivíduo, identidade da organização, planejamento e definição de propostas a serem aplicadas, definição das áreas de atuação, definição de objetivos de mudança da realidade, a diferenciação da capacidade de mudança entre os envolvidos (THIOLLENT, 1988).

Um projeto de extensão universitária, pode ser analisado com base na metodologia da pesquisa-ação, na medida em que a universidade atua na realidade social como sujeito, contribuindo para a transformação dela e, a seguir, produz conhecimento científico sobre esse processo.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO – A CRISE ECONÔMICA DE 1980

A partir de 1980, a crise econômica internacional repercutiu sobre a região do Grande ABC Paulista, caracteristicamente industrial, atingindo grande parte de sua população, que se vê excluída do mundo do trabalho formal, notadamente em grandes e médias empresas da região.

A região do ABC foi um dos maiores pólos industriais brasileiros, a partir da década de 1950 do século passado, quando nela se instalaram grandes metalúrgicas montadoras de veículos. Essas empresas empregaram milhares de trabalhadores que para lá migravam vindos do Nordeste brasileiro, em busca de melhores condições de vida.

Na época da crise, várias empresas se mudaram do ABC para outras regiões do país, em busca de diminuição ou isenção de impostos. Aquelas que lá permaneceram, automatizaram grande parte de sua produção, terceirizaram inúmeros processos de fabricação, demitiram milhares de trabalhadores, precarizaram as relações de trabalho por meio da diminuição da jornada de trabalho ou da terceirização de partes significativas da produção. As empresas buscaram, com essas medidas, uma diminuição em seu custo operacional e, consequentemente, a manutenção dos patamares de lucro (CONCEIÇÃO, 2008; REIS, 2007).

Nesse contexto, dezenas de milhares de trabalhadores viram-se desempregados e sem alternativas de recolocação profissional na região ou em outra qualquer. Seu trabalho não especializado necessário em funções, como ajudantes gerais, operadores de produção e outras, que não requeriam habilidades específicas para serem desempenhadas, foi substituído pela automação. Por outro lado, durante décadas, duas ou três gerações familiares de trabalhadores imigrantes haviam construído sua vida, sua casa, suas relações comunitárias, nas cidades do Grande ABC, principalmente nas periferias (TELLES, 1996; CONCEIÇÃO, 2007; POCHMANN, 2004; KLINK, 2000).

Essa população de desempregados e excluídos do sistema capitalista de produção passou a buscar novas alternativas de sobrevivência, fora do sistema. Com as indenizações que receberam, muitos se tornaram donos de vans, outros abriram barraquinhas para venda de doces e salgados, outros ainda iniciaram pequenos comércios em suas próprias casas (venda de material de limpeza, de roupas, armários etc.).

Entretanto, houve aqueles que não tinham esse capital inicial para abertura de negócios por conta própria. Para esses, era possível a solidariedade da pobreza. Assim, as redes de relacionamento que se formaram, ao longo de décadas, nesses bairros periféricos, foram uma condição essencial para que as pessoas iniciassem diálogos sobre sua situação de vida e pensassem juntas em soluções que permitissem a elas a sobrevivência (TELLES, 1996).

Dessa forma, surgiram grupos da chamada economia solidária, nos quais as pessoas cooperam entre si, de forma solidária, para poderem, juntas, garantir sua sobrevivência, sem nenhum tipo de recursos a não ser elas mesmas. Elas não possuem capital financeiro, nem local apropriado para abertura de um negócio ou equipamentos de trabalho. Esses grupos e pessoas eram moradores do bairro do Montanhão, em São Bernardo do Campo.

4.3 O MONTANHÃO⁷

O Montanhão é um bairro composto por cerca de 30 vilas e caracteriza-se por um complexo de favelas. Localiza-se nas encostas dos morros e contrafortes da Serra do Mar que circundam a cidade de São Bernardo do Campo. A região do Montanhão possui 14,34% da população do município de São Bernardo do Campo, ou seja, 112.764 habitantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2008).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município de São Bernardo do Campo é de 0,834, classifica-se em 28º lugar entre os municípios do estado de São Paulo e em 106º no território nacional. Embora tenha um bom IDHM, sua periferia apresenta elevados níveis de vulnerabilidade. Essa constatação é uma expressão da desigualdade social no Brasil que se caracteriza pelos altos índices de vulnerabilidade social, áreas ambientais e de mananciais para preservar e uma grande diversidade cultural em seu território.

De acordo com a Prefeitura do Município, 20,4% dos chefes de família que residem no bairro do Montanhão não possuem renda; 6,87% ganham até um salário mínimo e 16,95% ganham até dois salários mínimos, isso significa que 44,22% dos chefes de família deste bairro têm renda abaixo de até dois salários mínimos. Outro dado importante sobre o bairro relaciona-se ao fato de que 26% de sua população, por volta de 29.200 habitantes, são jovens na faixa etária de 15 a 29 anos que estão subempregados e/ou desempregados.

Ao mesmo tempo, experiências de sucesso na comunidade apontam para potencialidades locais, por exemplo, aquelas que estimulam a troca de serviços e produtos para que a riqueza permaneça na própria comunidade, ou a bem-sucedida experiência da Associação de Promoção Humana e Resgate da Cidade Padre Léo Comissari, entidade vinculada à Igreja Católica italiana, que se estabeleceu na região na década de 1990, comandada pelo Padre Léo Comissari que lá viveu durante 10 anos.

Essa associação pode ser caracterizada como uma expressão de empreendedorismo social, pois cria processos para a educação e desenvolvimento dos membros da comunidade do Montanhão, buscando formas inovadoras de sobrevivência de seus grupos, por meio de uma orientação de mercado (desses grupos), solidariedade e cooperação entre seus membros.

⁷ Caracterização do bairro do Montanhão elaborada pelos participantes da equipe responsável pelo Projeto de Extensão “Redes de Gestão e Serviços para uma Comunidade Solidária”, em 2009, na fase de diagnóstico e planejamento das ações do projeto.

Mesmo com todas as dificuldades sociais, econômicas, de habitação, o Montanhão é visto com atenção por organismos de pesquisa de nível internacional. O Instituto Fernand Braudel, por exemplo, em pesquisa (GUEDES; OLIVEIRA, 2006) sobre os novos costumes dos consumidores das classes C e D percebeu uma alteração nos modos de consumo dessas pessoas. Esse processo vem associado ao movimento econômico impulsionado pelo recurso obtido internamente ao bairro. Destaca-se, então, um ciclo econômico e produtivo no interior dessas comunidades que pode ser impulsionado se associado à linguagem cooperativa, o fomento dos negócios responsáveis e a formação humana e tecnológica. Pela pesquisa realizada é possível ver a capacidade empreendedora como uma das novas marcas dessa comunidade.

4.4 REDES DE GESTÃO E SERVIÇOS PARA UMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

Em fins do primeiro semestre de 2009, a Faculdade de Gestão e Serviços (Fages), da Universidade Metodista de São Paulo, formulou um projeto de extensão integrado por professores e alunos de diversos cursos dessa Faculdade. O projeto recebeu o nome de “Redes de Gestão e Serviços para uma Comunidade Solidária”. Em seu primeiro ano de existência, o foco do projeto estava alinhado aos seguintes eixos: Economia e Cultura da Solidariedade, Fomento e Organização de Empreendimentos e Formação Humana e Tecnológica.

O local da ação, comunidade Montanhão, foi selecionado para esse projeto, considerando a Associação de Resgate Humano e Cidadania Padre Léo Comissari, que acolhe uma Rede de Economia Solidária, reunindo cerca de 100 empreendimentos, preponderantemente informais. Destes, aproximadamente, 22 participam regularmente das reuniões e encontros promovidos pela Associação. Esta Rede de Economia Solidária se enfraqueceu ao longo dos últimos anos e os seus participantes atuantes solicitaram ao Grupo de Apoio à Economia Solidária (Gaes), ações que fossem destinadas ao fortalecimento da rede, criação de microcrédito e desenvolvimento local. Na Tabela 1 estão relacionados e caracterizados os 22 empreendimentos.

TABELA I

**CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS
ACOMPANHADOS PELO PROJETO DE EXTENSÃO**

EMPRENDIMENTO	NATUREZA DO NEGÓCIO	FUNDAÇÃO	TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NA REDE	ENVOLVIDOS
Thie's Bar	Bar	1993	10 anos	7
Wind Cold	Confecção de roupas	1992	10 anos	7
Chaveiro Pinguim	Chaveiro			2
Confecção Criativa	Confecção	2006	3 anos	6
Cooperativa Arte da Costura	Confecção	2009	1 ano	6
Cooperativa Selecta	Fabricação de sabão	2006	4 anos	20
Auto Peças Rica	Comercialização de peças para motos e carros	1995	7 anos	6
Armarinhos Yasmim	Miudezas em geral	2004	6 anos	4
Flor e Arte	Floricultura			2
Bazer Lued	Armarinhos	2000	10 anos	2
Cooprofis	Construção civil-pedreiros	2005	5 anos	20
Gráfica Nova Opção	Serviços gráficos	2005	6 anos	4
Mercado e Adega São Jorge		1990	10 anos	2
Depósito de Material de Construção Matos	Comercialização material de construção	2007	6 anos	6
Mercado Gomes	Alimentos, bebidas, produtos de limpeza	1998	6 anos	3
Helio Cristais	Vidraçaria	2005	5 anos	3
Minha Cozinha Restaurante	Restaurante	1993	10 anos	2

Fonte: Elaborada pelos autores.

5 O PROJETO DE EXTENSÃO

A Universidade Metodista de São Paulo foi chamada pelo Grupo de Apoio à Economia Solidária (Gaes), para auxiliar na análise e busca de soluções às necessidades da Rede. O Gaes é um grupo da Associação Padre Léo, é composto por cinco membros, sendo que quatro deles são oriundos dos movimentos eclesiais de base da Igreja Católica e um é da Universidade. Nenhum deles é habitante do Montanhão. O Gaes trabalha de forma articulada com líderes comunitários, buscando a expansão da Rede.

É possível definir o papel do Gaes como aquele do empreendedor social, pois ele atua de forma a fortalecer a comunidade por meio da inovação social, buscando a melhoria da sociedade e, nesse sentido, é um agente de mudança, melhorando sistemas, criando novas formas de aproximação e criando soluções sustentáveis para mudar a vida das pessoas e grupos para melhor (NICHOLLS; CHO, 2007).

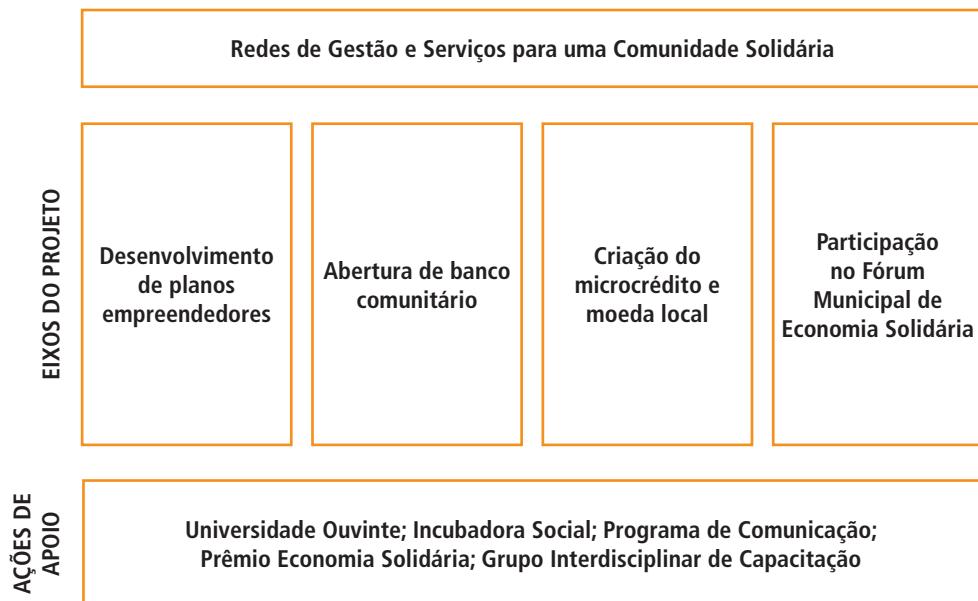
As atividades do primeiro ano do projeto de extensão consistiram em diagnóstico e caracterização da comunidade do Montanhão, com relação aos aspectos de sua cultura e realizações solidárias. Foram planejadas atividades e elaboradas as estratégias para uma ação compartilhada entre universidade, Gaes, lideranças comunitárias e a Rede de Economia Solidária.

A implementação de ações, propriamente ditas, junto aos negócios da rede de economia solidária, iniciou-se no segundo semestre de 2010. Ocorreram, dessa forma, dois momentos, uma primeira fase de planejamento de ações baseada em diagnóstico e levantamento de necessidades dos componentes da Rede e, numa segunda fase, iniciou-se a implementação de ações de assessoria, educação, acompanhamento, visando o desenvolvimento e fortalecimento dos negócios e da própria Rede.

Assim, nessa segunda fase, as ações do projeto de extensão ocorrem focadas em quatro eixos: Desenvolvimento de Planos Empreendedores para os 22 empreendimentos da Rede que buscaram o Gaes; abertura de um Banco Comunitário; criação de Microcrédito e Moeda Social; criação do Fórum Municipal de Economia Solidária. Essas ações foram apoiadas pelos seguintes processos: Universidade Ouvinte; Incubadora Social; Programa de Comunicação; Prêmio de Economia Solidária e Grupo Interdisciplinar de Capacitação, Formação e Devolutiva. Na Figura 1 é possível observar as ações e seus processos de apoio.

FIGURA I

ESTRUTURA DO PROJETO DE EXTENSÃO: REDES DE GESTÃO E SERVIÇOS PARA UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA



Fonte: Elaborada pelos autores.

A seguir, são relatados, sucintamente, ações e resultados relacionados aos quatro eixos do projeto, notadamente, o primeiro deles – Desenvolvimento de Planos Empreendedores – que se encontra em um estágio de desenvolvimento mais adiantado, comparado aos outros três.

5.1 EIXO 1: DESENVOLVIMENTO DE PLANOS EMPREENDEDORES PARA OS 22 EMPREENDIMENTOS DA REDE QUE BUSCARAM O GAES

Foram realizadas ações de assessoria, por parte dos pesquisadores da Universidade Metodista, para 22 empreendimentos. A ideia de construção de planos empreendedores nasceu da compreensão da equipe (pesquisadores da Universidade Metodista, participantes do Gaes e da Rede) de que a Rede de Economia Solidária se fortalecerá, em quantidade de participantes e em volume de negócios na localidade, na medida em que empreendimentos individuais e coletivos da localidade se fortaleçam.

Os empreendedores foram auxiliados a desenvolver eficiência e eficácia em relação aos seguintes itens: diagnóstico das demandas da comunidade do Montanhão; formação de consórcios de compra para negociação de melhores preços; formação do preço de venda, entre outras ações. Foi desenvolvido um plano de negócios com cada empreendedor local. Esse trabalho de organização, na forma de um plano, teve a preocupação de resgatar a memória da vida do empreendedor e, dessa forma, conscientizá-lo do processo de construção, desenvolvimento e consolidação do negócio. É importante enfatizar que esses empreendimentos já existiam há algum tempo e que para assessorá-los foi necessário reconhecer essa história e sua capacidade de sobrevivência apesar das dificuldades. O papel do pesquisador que atuou na assessoria não foi de desconstrução de um processo negocial que já vinha ocorrendo ao longo do tempo, mas sim de auxiliar o empreendedor a ter clareza com relação às suas forças e fraquezas, fortalecendo aquelas e diminuindo essas.

Outro aspecto importante, nesse processo de assessoria para fortalecimento dos negócios, foi a análise em grupo, com os empreendedores, do fato de que a rede de economia solidária tem a capacidade de articular de forma solidária diversos elos de uma cadeia produtiva, que se apoiam e se complementam. Nesse sentido, uma das tarefas de quem assessorava o empreendedor foi facilitar uma reflexão sobre os efeitos dessa dinâmica em uma localidade com aproximadamente 90 mil pessoas, refletindo sobre a potencialidade de expansão do empreendimento em toda sua cadeia de valor, tanto como produtor, como distribuidor, consumidor final e cliente.

Finalmente, uma última responsabilidade da assessoria para elaboração dos planos empreendedores foi a de propor tecnologias de inclusão e de sustentabilidade apropriadas à realidade local. Pode-se citar como exemplo, gestão financeira, de materiais, de pessoas, de clientes. É importante observar que a proposta de tecnologias não se configurou como um “pacote fechado” de tecnologias de gestão, mas foi feita de acordo com as características e necessidades de cada empreendedor e respeitando as características culturais da comunidade.

Para que o conhecimento se multiplicasse, os agentes do Gaes foram treinados sobre as características e processo de elaboração do Plano de Negócios e também acompanharam o trabalho de orientação aos 22 empreendimentos, de forma que cada empreendedor adquirisse o conhecimento da ferramenta.

Os empreendedores atendidos pelo projeto de extensão e os participantes do Gaes tinham o compromisso de repassar o conhecimento que adquiriram a pessoas que desejassem abrir novos pequenos negócios no Montanhão. Conhecimento esse desenvolvido, tanto por meio da administração do negócio, como elaborando o plano de negócios do empreendimento.

Da mesma forma, deve ser pontuado o processo de gestão do conhecimento gerado na realização dos negócios. Assim, a primeira parte do plano de negócios,

que contém a memória da empresa (como tudo começou) e a análise de mercado (por que montar um determinado empreendimento), foi arquivada em acervo da Associação Padre Léo para que pudesse ser consultada pelas pessoas do lugar. O objetivo foi gerar uma repercussão positiva na comunidade que estimulasse outras pessoas a tentarem abrir seu próprio negócio.

5.2 EIXO 2: ABERTURA DE UM BANCO COMUNITÁRIO

O banco comunitário, parte da constatação de que o mundo financeiro ainda não conseguiu estabelecer diálogo com a realidade das comunidades de baixa renda e que a economia popular se configura notavelmente como alternativa a exclusão social. Ele foi planejado para funcionar no local da comunidade e financiar projetos das pessoas do lugar e identificadas com a rede de Economia Solidária do Montanhão.

5.3 EIXO 3: MICROCRÉDITO E MOEDA CORRENTE

O microcrédito produtivo é uma ferramenta qualitativamente importante e operada pelo Banco Comunitário. É possível perceber os efeitos do microcrédito voltado ao consumo (melhorou a estima das pessoas e estimulou a atividade econômica). O microcrédito produtivo propicia o surgimento de novos empreendimentos, ampliação e qualificação dos empreendimentos, pela compra de máquinas necessárias à melhoria de seus produtos, serviços, renda e logo geração de postos de trabalho.

O esperado é que a atuação do banco reverbera no desenvolvimento local pelo crescimento da dinâmica de negócios dentro da comunidade.

Foi criada uma moeda local, denominada “Comissari” que é utilizada pelos empreendedores quando compram e vendem mercadorias e serviços de/ aos outros empreendedores da Rede. A utilização dessa moeda contou com o patrocínio da Associação Padre Léo que disponibilizou um capital inicial de R\$ 2.000,00 para serem movimentados com a utilização da nova moeda.

A utilização constante da moeda pelos empreendedores é um processo que leva tempo, pois implica numa mudança de cultura, ou seja, seus utilizadores devem acreditar que essa moeda tem poder de compra e venda naquela Rede, da mesma forma que a moeda nacional.

5.4 EIXO 4: CRIAÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

É um encontro dos participantes da Rede do Montanhão e de outras cidades da região do Grande ABC, onde são apresentadas demandas da comunidade que são organizadas em documentos e que podem gerar políticas públicas. A Universidade contribui, disponibilizando sua infraestrutura de atendimento (assessorias de comunicação e jurídica), seu espaço físico e assessorando na organização das ideias e demandas surgidas durante o fórum.

5.5 AÇÕES DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS EIXOS DO PROJETO – A UNIVERSIDADE OUVINTE

Aqui é descrita uma das ações de apoio ao desenvolvimento dos eixos do projeto, pela sua importância à realização dos eixos e também pelo fato de expressar a ação da universidade enquanto agente socioeducativo envolvido com a Rede de Economia Solidária, a Universidade Ouvinte, denominação dada aos encontros realizados periodicamente com todos os 22 empreendedores, representantes do Gaes e pesquisadores da Universidade Metodista, no qual os empreendedores são convidados a apresentar seu negócio, expor seus avanços e dificuldades. O principal objetivo da Universidade Ouvinte é a reflexão sobre as características da economia solidária, a busca de caminhos que garantam sua permanência e os impactos desse processo na vida daquelas pessoas.

São encontros mensais com a duração de em torno de quatro horas. Há um mediador do diálogo que é um pesquisador da Universidade, cujo papel é estimular os participantes a se posicionarem sobre os temas agendados para o encontro; em alguns momentos sintetizar a conversa ocorrida; fazer perguntas e indagações que possibilitem às pessoas a reflexão sobre sua realidade.

No encontro tudo é discutido: os receios e as esperanças de cada membro; os resultados conseguidos; as ajudas e trocas mútuas; os processos realizados em conjunto e as conclusões sobre a viabilidade e importância de sobreviver dignamente, sem necessitar trabalhar numa empresa e ter Carteira de Trabalho assinada. Também são dados depoimentos a respeito das qualidades do empreendedor, e as mais ressaltadas pelos participantes, costumeiramente, são paciência e crença de que o negócio vai vingar, mas é preciso tempo. Os membros da universidade atuam estimulando os relatos, auxiliando nas conclusões com perguntas.

Esse diálogo entre os empreendedores possibilita, segundo Paulo Freire, a busca de novas soluções para antigos problemas. Enfim, é um momento de compartilhamento da vivência positiva, dos desafios, soluções e receios.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomam-se aqui as perguntas apresentadas na introdução deste trabalho relacionadas às características do processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária, notadamente nos aspectos de desenvolvimento de uma consciência de cidadania e a indagação sobre o papel da universidade em tal processo. Portanto, é possível concluir que a identidade de grupo e o empoderamento enquanto grupo são condições fundamentais para a consciência e exercício da cidadania, necessária para que haja transformação social. Assim, a Universidade deve focar sua ação para acelerar a construção de tal identidade e estimular a autoimagem de sua força enquanto grupo social. Esse processo foi observado empiricamente na pesquisa realizada.

Outra questão importante que o trabalho procurou responder diz respeito às características do processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária. É importante lembrar as características da educação emancipadora de Paulo Freire, como aquela que possibilita às pessoas a crítica da realidade e a busca de novas alternativas para vivê-la, partindo sempre do referencial, das experiências, da cultura e dos valores do grupo.

Conclui-se que o desvelar da identidade do grupo e seu empoderamento, no caso da Rede de Economia Solidária do Montanhão, passa por processos de problematização da realidade e da busca de soluções. O senso crítico é desenvolvido e a realidade passa a ser vista não como algo natural e predestinado que não tem possibilidades de mudança, mas como um processo, cujo principal protagonista é cada um dos participantes que pode e deve atuar para intervir e influenciar esse processo.

De uma forma geral, as pessoas não sabem que podem mudar o rumo de suas vidas, principalmente, por meio da participação em espaços públicos para discutir, propor, criar projetos que tornem a vida de toda a comunidade melhor. Tal postura tem suas raízes na história e na cultura brasileiras que durante três séculos apoiou-se na escravidão, que só pode gerar valores relacionados à submissão, ao medo da autoridade, ao medo da repressão, à docilidade nas relações e outros valores característicos de uma sociedade escravocrata.

Entretanto, mesmo carregando o peso de uma cultura nacional que dificulta a participação cidadã, cerca de 110 empreendedores da comunidade do Montanhão participam na Rede de Economia Solidária. O número de

empreendimentos que compõem a Rede de Economia Solidária remete à outra questão apresentada no início do artigo que diz respeito à natureza de um processo de educação e aprendizagem individual que propicie às pessoas condições de exercer seus direitos como cidadãs e de ter consciência de seu poder enquanto parte da sociedade civil local. Desse modo, os empreendedores do Montanhão que participaram no projeto de extensão adquiriram conhecimentos e conceitos, puderam perceber-se e refletir sobre como participar em espaços públicos com suas dificuldades e benefícios.

O processo de aprendizagem individual sustentou-se sobre a oportunidade de vivenciar uma nova situação, a de participar, como cidadão, no espaço simbólico da Rede de Economia Solidária que gerou um sentimento de empoderamento; fortaleceu-se também por meio do diálogo entre pessoas da comunidade que puderam expor suas ideias e ouvir pontos de vista diferentes dos seus, percebendo que é possível se posicionar e buscar convencer os interlocutores da legitimidade de suas demandas e necessidades.

A análise das variáveis relacionadas à participação individual na Rede de Economia Solidária, para se compreender o processo de aprendizagem individual e coletiva possibilita algumas conclusões, que serão expostas a seguir. Os processos caracterizaram-se por um momento inicial de contatos, confrontos e fortalecimento de parcerias entre moradores. O contato e o diálogo possibilitaram o desenvolvimento de uma visão mais clara do que seja a busca de alternativas de sobrevivência de forma solidária e cooperativa. Possibilitou também uma reflexão sobre aspectos importantes para cada um e que foram expressos durante os encontros da Universidade Ouvinte.

A reflexão sobre o papel da universidade no movimento da Rede, por meio do projeto de extensão, é embasada nos princípios e conceitos de uma metodologia socioeducativa que acelere o amadurecimento da comunidade como um todo e dos indivíduos que a compõem.

É possível concluir que um fator importante para a eficácia da atuação da universidade foi o respeito ao ritmo do processo de descoberta, crítica e busca de caminhos pelos indivíduos e grupos participantes da Rede de Economia Solidária. Eles se identificaram como grupo social, e perceberam a força do poder do qual são parte, o poder social. Finalmente, foram capazes de criticar a realidade e propor alternativas de sobrevivência.

Retomando o papel e responsabilidades da universidade, é possível concluir que ela é responsável, participando do processo, por contribuir para que indivíduos e grupos envolvidos no movimento de economia solidária desenvolvam a capacidade de buscar novas formas de se posicionar como cidadão e cidadã, exigindo respeito aos seus direitos fundamentais e atuando de forma organizada para que sejam respeitados.

Como já foi dito, esse é um processo de aprendizagem, ou seja, de mudar visões de mundo e de sua maneira de estar no mundo. Mudar comportamentos e adquirir novos conhecimentos não é um processo rápido que ocorre ao longo de algumas poucas horas de diálogo. É lento, difícil, principalmente pelos aspectos culturais relacionados à visão que as pessoas possuem da relação que devem estabelecer com a realidade dada, de submissão e conformismo. Não se pode perder de vista que é um processo de mudança de valores, de cultura.

Com relação à cultura, é importante enfatizar que é fundamental à universidade a busca do nivelamento dos conhecimentos a respeito da região, de suas comunidades e das possibilidades de intervenção para melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, por meio do fortalecimento de suas ações relacionadas à economia solidária.

Tal nivelamento passa pelo reconhecimento da legitimidade dos diferentes olhares sobre as diversas comunidades da região. Não se trata de fornecer conhecimentos sobre cooperativismo, relações solidárias, para essa ou aquela comunidade, porque se concluiu que essa é mais ignorante que a outra e, portanto, precisa ser esclarecida, mas sim de possibilitar uma interlocução entre diferentes visões da realidade.

Como afirma Alves (1999, p. 64):

Se os sujeitos da interlocução cultural estão desnivelados, um que sabe e tem o projeto e outro que deve sair da ignorância, os códigos em conflito não permitirão o conhecimento do real e seus desdobramentos [...] O não reconhecimento dos saberes capazes de dialogar induz a métodos e técnicas produtores de doação e não do cultivo [...]

Busca-se analisar detalhadamente as características do processo de comunicação e preparação dos indivíduos e grupos, observando as variáveis relacionadas, como os valores e práticas culturais, os diferentes atores sociais e as características de sua participação.

Reforça-se, aqui, a importância do fato de considerar as diferenças, tanto com relação à natureza do negócio de cada grupo envolvido, do processo de surgimento de cada grupo, do bairro/região onde a maioria de seus componentes reside. É fundamental compreender que cada grupo tem a sua cultura peculiar, pois é justamente a partir da comparação que os participantes de cada grupo fazem sobre as características do local onde habitam e as características dos outros locais da cidade que vai se formando a consciência de sua identidade, baseada nas diferenças entre seu modo de vida e o modo de vida dos outros.

Ainda quanto às diferenças, outro aspecto importante a ser trabalhado pelo agente externo (no caso, a universidade) é o sentimento de pertencimento (BOURDIEU, 2005), como sentimento que orienta a participação e a constituição de uma identidade individual e coletiva vinculada ao entorno, a um grupo, a um bairro, a uma cidade e a um país. Esse sentimento é fortalecido com o processo de comparação apontado anteriormente. Ele se relaciona ao crescimento da autoestima individual, na medida em que são dadas voz e oportunidades para que diferentes grupos de diferentes etnias, culturas, gêneros possam se manifestar e se colocar diante do mundo, marcando sua presença com uma nova forma de sobrevivência, específica e deles, que eles conseguiram criar. Conquistando assim poder de decisão sobre sua vida.

A equipe da universidade deve compreender o impacto do reconhecimento da existência de diversas culturas no processo de preparação dos indivíduos e grupos para facilitar o desenvolvimento de uma consciência de: 1. Força de influência do grupo na mudança da realidade, tanto econômica, como cultural e social; e 2. Seus direitos enquanto cidadãos.

Para terminar as reflexões é fundamental esclarecer que mesmo que não ocorra o programa de extensão e a presença da universidade, a simples participação do empreendimento e seus participantes na Rede de Economia Solidária gera uma aprendizagem. Desse modo, o indivíduo sai do processo mudado, com uma visão diferente de sua capacidade de sobrevivência como componente de um grupo com o qual estabelece relações de cooperação. A universidade apenas acelera um processo que ocorre independente de sua presença.

Também importante lembrar que um processo de aprendizagem estruturado, que anteceda a participação dos grupos e indivíduos na Rede de Economia Solidária é muito mais eficaz do que aquele que surge ou é desenvolvido durante o momento de participação. Esse processo antecipado deve criar uma consciência dos direitos coletivos das comunidades e de sua capacidade de mobilizar-se e lutar por esses direitos. De fato, a presença da universidade em projetos e extensão nas periferias das cidades é fundamental para acelerar o processo de fortalecimento do capital social. Assim, é necessário um tempo de conhecimento entre quem facilita o processo de aprendizagem e o educando, cujo resultado é o estabelecimento da confiança e da cooperação entre comunidade e universidade. É um tempo que se dá antes do trabalho pontual com empreendedores da Rede.

Finalizando, o processo socioeducativo presente nos movimentos de economia solidária é acelerado com a contribuição da universidade, principalmente, no que diz respeito ao amadurecimento de uma visão clara, nos participantes do movimento, sobre a identidade cultural do grupo, o fortalecimento do senso de pertencimento ao grupo, o empoderamento do grupo pela valorização do empreendedorismo e visão de suas possibilidades, além de gerar mais rapidez no retorno concreto dos negócios.



Outros trabalhos poderão analisar o papel do sistema de ensino público no desenvolvimento de uma consciência nas comunidades pobres sobre outras possibilidades de sobrevivência, fora da lógica capitalista.

THE SOCIO-EDUCATIONAL PROCESS IN THE SOLIDARY ECONOMY MOVEMENTS AND THE ROLE OF THE UNIVERSITY

ABSTRACT

The theme of the article is the analysis of the social-educational process that occurs as a result of the participation of individuals and groups in solidarity economy movements and the contribution of the university in this process, through university extension projects. Thus, as an object of study presents a project of university extension in low-income sector in the Grande ABC Paulista. Three questions assisted in this analysis, they are: 1. The solidarity economy movements enable the development of the sense of citizenship of those who participate in them? 2. What are the characteristics of the social-educational process in these solidarity economic movements? 3. The action of the university accelerates the social-educational process of individual and groups participating in the solidarity economy movement? Thus, one of the objectives of the article was to understand the characteristics of the movements of the solidarity economy, specifically with regard to socio-educational processes present in such movements and to characterize the university involvement. The investigation sees the university as a possible subject present in these processes. In developing this analysis, the paper aims to develop an understanding of the contribution of the university to the learning process inherent to participation in the movement. The analysis was based on the concepts of solidarity economy, the process of individual and group learning and emancipatory education. We used a qualitative research method called action research. This method enables the researcher's participation both in decision making about the reality and the subsequent reflection on the process occurred and the consequent production of scientific knowledge about the process. The results showed that the entrepreneurs who participated in the extension project acquired knowledge and concepts necessary to manage their investments and might perceive themselves as active subjects in the process of strengthening the solidarity economy. The participants oriented on this discussion, also concluded about the possibility of mobilization and participation in public spaces with their difficulties and benefit.

KEYWORDS

Solidary economy; Individual learning; Socio-educational Process; Action-research; Extension university.

EL PROCESO SOCIO-EDUCATIVO EN MOVIMIENTO DE ECONOMÍA SOLIDARIA Y EL PAPEL DE LA UNIVERSIDAD

RESUMEN

El tema de este artículo es analizar el proceso socio-educativo que se produce como resultado de la participación de los individuos y de los grupos en los movimientos de economía solidaria y la contribución de la universidad en este proceso, por medio de proyectos de extensión universitaria. Por lo tanto, como objeto de estudio presenta un proyecto de extensión universitaria en el sector de bajos ingresos en el Grande ABC Paulista. Tres preguntas atendidas en este análisis, que son: 1. Los movimientos de economía solidaria permiten el desarrollo del sentido de la ciudadanía de quienes participan en ellos? 2. ¿Cuáles son las características del proceso socio-educativo en movimientos de economía solidaria? 3. La acción de la universidad acelera el proceso socio- educativo de los individuos y los grupos que participan en el movimiento de la economía solidaria? Por lo tanto, un objetivo de este artículo es comprender las características de los movimientos de economía solidaria, en concreto en lo que respecta a los procesos socio- educativos presentes en este tipo de movimientos. Buscamos también para caracterizar la participación de la universidad, viéndolo como un posible tema presente en estos procesos. En la elaboración de este análisis, el documento tiene como objetivo desarrollar una comprensión de la contribución de la universidad al proceso de aprendizaje inherente a la participación en el movimiento. El análisis se basa en los conceptos de la economía solidaria, el proceso de aprendizaje individual y grupal y la educación emancipadora. Se utilizó un método de investigación cualitativa llamada investigación-acción. Este método permite la participación de los investigadores, tanto en la toma de decisiones sobre la realidad y la reflexión posterior sobre y la consiguiente producción de conocimiento científico sobre el proceso. Los resultados mostraron que los empresarios que participaron en el proyecto logrado ampliar los conocimientos y los conceptos necesarios para la gestión de sus inversiones y podría percibirse a sí mismos como sujetos activos en el proceso de fortalecimiento de la economía solidaria.

Con base en esta discusión también concluyó sobre la posibilidad de movilización y participación en el espacio público con sus dificultades y beneficios.

PALABRAS CLAVE

Economía solidaria; Aprendizaje individual; Proceso socio-educativo; Investigación-acción; Extensión universitaria.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. R. *Culturas do trabalho comunicação para a cidadania*. Santo André: Alfarrábio Edições, 1999.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 4. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.
- CONCEIÇÃO, J. J. *Quando o apito das fábricas silencia*. São Paulo: ABCDMAior, 2007.
- CUNHA, G. *Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa incubadora de cooperativas da prefeitura municipal de Santo André, SP*. 2002 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Faculdade de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- FISCHER, R. M. *O desafio da colaboração*: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Gente, 2002.
- FRANÇA FILHO, G. A perspectiva da economia solidária. In: FISCHER, T. (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- GAIGER, L. I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do Primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, n. 79, p. 57-77, 2007.
- GUEDES, P. M.; OLIVEIRA, N. V. A democratização do consumo. *Braudel Papers*, n. 39, p. 3-21, 2006. Disponível em: <http://www.braudel.org.br/publicacoes/bp/bp39_pt.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos e Pesquisas*, n. 29, 2012.
- KLICKSBERG, B. *Capital social y cultura: claves olvidadas del desarrollo*. Banco Interamericano de Desarrollo. Instituto Interamericano para El Desarrollo Social (Indes), 2002.
- KLINK, J. O novo regionalismo à maneira do ABC: em busca de uma economia regional de aprendizagem. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 8, 2000.
- LAVILLE, J. L. et al. *L'économie solidaire, une perspective internationale*. Paris: Lavoisier, 1994.
- LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2., 2002, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2002.

- MÁRQUEZ, P.; REFICCO, E.; BERGER, G. Conclusiones: aprendizajes sobre el desarrollo de negocios inclusivos. In: MÁRQUEZ, P.; REFICCO, E.; BERGER, G. *Negocios inclusivos: iniciativas de mercado con los pobres de Iberoamérica*. Bogotá: Amaral Editores, 2010.
- NICHOLLS, A. CHO, A. H. Social entrepreneurship: the structuration of a field. In: NICHOLLS, A.; (Org.). *Social entrepreneurship: new models of sustainable change*. New York: Oxford University Press, 2007.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- POLANIY, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. *Sumário de dados de São Bernardo do Campo*. São Bernardo do Campo, 2010.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- REIS, R. C. *Alternativa política no contexto federativo: integração regional no grande ABC Paulista*. São Paulo: Blucher, 2007.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 15. ed. São Paulo: Record, 1998.
- SAWAIA, B. Participação social e subjetividade. In: SPOSATI, A. et al. (Coord.). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001.
- SEN, A. *On ethics and economics*. Oxford: Blackwell, 2000.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SENAES. *Atlas da Economia Solidária*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.
- TELLES, V. A questão social: afinal, do que se trata? *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 4, p. 85-95, 1996.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1988.
- VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005.
- YGOTSKY, L. S. *Formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.